



**Diário da Sessão n.º 028 de 27/09/01**

**Presidente:** Seguindo a nossa ordem do dia, vamos passar ao ponto 6, ou seja, à **Proposta de Resolução — “Gestão ambiental e urbanística da zona do aeroporto de Santa Maria”**, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando apresentei essa proposta no Parlamento, em Maio, penso que nessa altura já justifiquei a razão de ser da mesma.

Agora, não queria deixar passar esta oportunidade sem tecer aqui umas breves considerações relativamente ao protocolo que a Secretaria do Ambiente quer assinar.

A Secretaria do Ambiente, sem dúvida, de boa fé, tentou logo nos finais de Maio, assinar um protocolo, tal como dizia na Resolução, com as diversas entidades que intervêm no aeroporto de Santa Maria.

Por razões que eu de alguma forma desconheço, não foi possível assinar esse protocolo nessa altura.

Entretanto tive conhecimento, através da Assembleia Municipal e pela voz do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, que haveria uma nova tentativa de assinatura do protocolo no dia 21 de Setembro. Penso que também não foi possível assinar nessa data, por aquilo que eu sei.

Acontece — e isto é um alerta que deixo ao Sr. Secretário — que para assinar esse protocolo é preciso ter em atenção as entidades que o vão assinar. Há entidades que, obviamente, não estão de boa fé neste processo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

É preciso ter muito cuidado nisso, porque mesmo assinado esse protocolo, não há garantias da eficácia dele.

Já há dois anos foi assinado um protocolo entre a Secretaria Regional da Habitação e Equipamento, a Câmara Municipal de Vila do Porto e a ANA,EP que em nada resultou.

Ou conseguimos um protocolo que seja realmente eficaz e que promova a limpeza e requalificação da zona do aeroporto de Santa Maria, ou então realizar-se-á mais uma cerimónia onde se assina o protocolo e depois não se resolve nada.

É essa parte que temo e é para ela que gostaria de alertar o Sr. Secretário.

Compreendo a sua boa vontade, mas gostaria de o alertar que é necessário ter uma série de cuidados na assinatura desse protocolo para que ele tenha eficácia.

Gostaria de dar um pequeno exemplo de menos boa fé, digamos assim, da empresa ANA, EP.

Como o senhor sabe, a ANA, EP apresentou um projecto muito bonito que previa o abate de cerca de cento e não sei quantas casas de chapa durante o ano de 2001. Não fez nada para isso.

Na semana antes da assinatura do protocolo em Santa Maria, empenhou-se em demolir cerca de 20 casas. O protocolo não foi assinado, as coisas voltaram a acalmar, recolheu tudo às “boxes” e mais nada foi feito. Era para estes cuidados que gostaria de alertar, para ver se na eventual assinatura do protocolo ele tenha eficácia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

O lixo, o ferro velho que existe na zona do aeroporto, está lá há muitos anos.

Há aqui uma outra história que se calhar não foi equacionada.

Na década de 60, a Direcção Regional de Aeronáutica Civil, de então, vendeu a um sucateiro todos os tanques que existiam na Flor da Rosa.

Esses tanques foram retirados e a zona está limpa.

Posteriormente, na década de 70, vendeu a outra parte dos tanques, mas alguns deles ainda estão lá, a uma outra empresa que retirou todo o material bom e deixou lá o que não presta, ou seja, deixou lá os tubos.

Parece-me que esses tanques ainda pertencem a esse mesmo empreiteiro, segundo penso. Por isso esta é uma questão que levanto aqui, porque esse mesmo empreiteiro ainda pode ter responsabilidades neste mesmo processo.

Gostaria ainda de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente essa proposta, até porque existe o consenso de todas as entidades locais, nomeadamente da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Secretaria Regional, da ANA — com algumas dúvidas — mas parece-me que o assunto depois de devidamente equacionado vai ser resolvido.

Nós o que queremos neste momento, é que o protocolo seja assinado, que se faça a limpeza efectiva da zona do aeroporto e se proceda ao mesmo tempo à limpeza de carros velhos, de frigoríficos, de electrodomésticos que existem na ilha.

Para tal, a Secretaria Regional do Ambiente, também já está a fazer o levantamento sobre todas essas questões.

Gostaria de deixar aqui este alerta e reafirmar que o Partido Socialista vai votar favoravelmente essa proposta.



**Presidente:** Para participar nesta discussão, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

**Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas palavras sobre a Proposta de Resolução que está aqui à discussão. Desde logo, poderia ser tentado a dizer que este problema é um problema com muitos anos e não foi resolvido durante sucessivos Governos do PSD. Isto tem que ser dito com esta frontalidade.

**Deputado João Cunha (PSD):** Já tinha que vir a desculpa!

**O Orador:** De qualquer forma não é este o objectivo da minha intervenção e vou centrar-me no objectivo, por um lado, e aquilo que é, por outro, a substância da Proposta de Resolução.

Faço-o apesar, como aqui já foi expresso, desta Proposta de Resolução ter também os votos favoráveis do PS.

De qualquer forma, eu não posso deixar de observar aquilo que são algumas propostas e observações que me parecem menos correctas e adequadas.

Em primeiro lugar, o facto de nos considerandos se dizer, a dada altura, que a ANA, SA, empresa cujo objecto é a exploração de aeroportos, não pode, nem tem a sensibilidade, nem os meios necessários para a correcta gestão urbanística e paisagística de toda aquela zona.

Faço-o, naturalmente, realçando aquilo que é de alguma forma a contradição entre aquilo que aqui está expresso e aquilo que há pouco foi dito pelo Sr. Deputado, relativamente à má fé de algumas das entidades envolvidas neste processo.

Em segundo lugar, no âmbito das recomendações, não posso deixar de realçar o facto de se recomendar que o Governo Regional promova a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

celebração de um protocolo com a Administração Regional, a Câmara Municipal, a empresa ANA, SA e, como é evidente, com outras entidades que estão também envolvidas neste processo, com as quais temos conversado, designadamente, a ANA e também a força área portuguesa.

Em terceiro e último lugar, não quero deixar de realçar e também mostrar a minha não concordância com os termos da segunda recomendação que é feita, porque me parece claramente que entra em contradição com aquilo que foi o documento exarado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Quando se propõe que se seja adoptada uma estratégia de concertação e de responsabilização de todas as partes, nós não podemos, nem devemos, simplesmente pegar no problema, que é basicamente o que aqui é proposto, e chutá-lo para a Câmara Municipal de Vila do Porto. É esse o sentido desta segunda observação.

Com estas observações terminaria esta minha intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer que no entender do Grupo Parlamentar do PCP, a Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, teve oportunidade política. Permitam-me que o diga sem nenhuma intenção de a desvalorizar, pelo contrário. Essa oportunidade política não resulta tanto do que nela está escrito, letra por letra ou frase por frase, mas resulta, principalmente, da intervenção política que possibilitou este problema.

Como foi dito pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves, e muito bem, é um problema muito antigo e que estava muito bloqueado.



Quando o Governo Regional, e bem, através do Secretário Regional do Ambiente, tenta desbloquear o problema com um certo “forcing”, não o conseguiu.

O Sr. Secretário Regional avançou para o problema, avançou para o terreno e as outras entidades que tinham que participar nesta resolução, não avançaram, nem no mesmo ritmo, nem com a mesma intenção, que o Sr. Secretário Regional avançou.

Reuniram-se todos, mas vários foram os que disseram que não estavam mandatados pelas entidades que representavam para assinar qualquer protocolo.

O problema continuou bloqueado mas com um dado novo, que era uma disposição clara, correcta e louvável do Governo em resolvê-lo, mas bloqueava no que respeitava à cooperação das entidades envolvidas (ANA, SA, Força Aérea Portuguesa, e outras entidades).

Posta a questão assim, a Proposta de Resolução do PSD traz para o nível político mais geral o problema e possibilita que a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho pegue no assunto politicamente, funcionando num sentido perfeitamente correcto e legítimo, como um interventor que está e que quer exercer pressão para que o problema seja resolvido.

Não foi difícil neste quadro, que os quatro partidos representados na Comissão se entendessem sobre a maneira dos trabalhos serem conduzidos sobre as audições que deviam ser feitas, sobre as questões que deviam ser colocadas nas audições.

Neste quadro, ao proceder assim e ao produzir este relatório, a Assembleia Legislativa Regional, através de uma das suas comissões, por iniciativa do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Grupo Parlamentar do PSD e com a concordância dos outros 3, criou uma situação que facilita a que o problema agora possa ter outra evolução.

Agora, o Sr. Secretário Regional e a sua Secretaria têm melhores condições para que o tal protocolo seja devidamente assinado, porque há compromissos assumidos por essas entidades que estão aqui registados.

Acho que a Assembleia prestou um bom serviço, quem propôs a resolução prestou um bom serviço e todos os que se empenharam no tratamento que ela teve prestaram um bom serviço. Sendo assim, julgo que ela merece ser aprovada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, recebeu a incumbência de dar parecer a esta Proposta de Resolução.

Numa primeira análise nós poderíamos ter feito, pura e simplesmente, um trabalho de gabinete. Podíamos ter visto o seu enquadramento jurídico e formal, podíamos ter dito que nada tínhamos a opor e teríamos ficado por isso mesmo. Tínhamos feito uma aprovação pura e simples “*tout cour*” desta Proposta de Resolução.

No entanto, foi entendimento da Comissão e de todos os deputados que a compõem, que devíamos, nesta matéria, ir mais longe, isto na percepção e na assunção de que se tratava de um problema ambiental de extrema gravidade e também (porque não dizê-lo?) já com alguma longevidade.

Foi por isso que começámos por realizar uma audição com o Sr. Secretário Regional do Ambiente, porque já nessa altura, e bem, como já aqui foi dito, tinha encetado um conjunto de diligências na tentativa de resolver o



problema (refira-se a tentativa de assinatura, em 24 de Maio, de um protocolo com algumas entidades).

Também reunimos com o Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto, uma vez que há aqui, em ambos os pontos, uma referência a essa entidade.

Reunimos com as duas empresas que de alguma forma, porque fazem a gestão directa do aeroporto, têm uma maior responsabilidade, no entender da Comissão e dos seus membros, relativamente a esta matéria.

Deste trabalho, resultaram fundamentalmente 4 conclusões para além de uma acção de sensibilização que foi referida pelo Sr. Deputado Decq Mota e que eu, em absoluto, reitero.

Em síntese, as conclusões são as seguintes:

Na zona do aeroporto encontram-se acumuladas grandes quantidades de resíduos tornando-se urgente proceder à sua remoção e à requalificação ambiental das áreas afectadas.

Esta tarefa envolve custos avultados e reveste-se de grande complexidade em virtude daquela zona se encontrar sob gestão de diversas entidades onde se destacam a ANA, a NAV, o Governo, a Câmara e também a Força Aérea, como foi dito pelo Sr. Secretário.

Todas aquelas entidades — e isso é o que decorre das audições — reconhecem que se trata de um grave problema ambiental e manifestam-se disponíveis para cooperar na sua resolução.

É também consensual o reconhecimento de que a coordenação das acções a desenvolver, deverá ser cometida à Secretaria Regional do Ambiente.

Esta é, quanto a nós, a questão fundamental do trabalho realizado.

Foi conseguido, pelo menos, que ficasse registado que esta intenção e este espírito de cooperação sobre a liderança da Secretaria Regional do





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Ambiente, que, aliás sei, tem vindo e continua a desenvolver diligências relativamente a esta matéria.

Também ficaram expressas das audições duas posições que penso que devem ser relevadas.

Por um lado, a posição da Câmara Municipal de Vila do Porto de que está na disposição de assumir a responsabilidade pela gestão de algumas áreas, nomeadamente pela rede viária desde que ela seja entregue em condições.

A ANA, SA afirma que aceita que sejam desanexadas todas as áreas que não se mostrem necessárias ao seu próprio funcionamento.

Por tudo isto, a Comissão emitiu um parecer favorável e o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

O segundo ponto da Proposta de Resolução não pretende, de forma alguma, atirar o problema para a Câmara.

O que ele pretende é, uma vez limpa e requalificada a zona do aeroporto, faz todo o sentido, que quem passe a gerir aqueles terrenos seja a Câmara Municipal de Vila do Porto, porque aquilo é a zona por excelência de expansão de Vila do Porto e não pode ser gerida por uma entidade particular.

A única questão é só essa.

**Deputados João Cunha e Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Simplesmente explicado, humildemente percebido!

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais nenhuma inscrição para esta discussão, vamos passar à votação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.